I.

Depois de impasse de dez dias, Itália abre portos e permite a entrada de mais de uma centena de migrantes da embarcação *Diciotti*. Acordo prevê que estas pessoas sejam acolhidas pela Igreja Católica italiana, Albânia e Irlanda.

Em Espanha, restos mortais de Franco vão ser trasladados até ao final do ano. Madrid diz que é uma questão de respeito para com as vítimas do antigo ditador espanhol que estão sepultadas no Vale dos Caídos.

Ainda neste programa: em análise, medida do governo português que prometeu incentivos fortes para emigrantes que regressem ao país.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa!

Itália abriu as portas a todos os migrantes a bordo do *Diciotti*. 138 pessoas desembarcaram no porto da Catânia, na Sicília, na noite de Domingo.

O governo de Roma deu luz verde após um acordo com a Igreja Católica italiana, a Albânia e a Irlanda, que vão receber os refugiados.

O navio *Diciotti* salvou do Mediterrâneo 177 migrantes, a 16 de Agosto, e permaneceu cinco dias no mar, até atracar. A 22 de Agosto desembarcaram 27 menores e mais tarde outros 12.

Durante este impasse, Luigi Di Maio, vice-primeiro ministro ameaçou não contribuir para o Orçamento da União Europeia caso outros países não aceitassem receber os migrantes que chegaram a território italiano.

Luigi Di Maio, vice-primeiro-ministro de Itália

Nós damos 20 mil milhões de euros por ano à União Europeia como cidadãos italianos, e reentram pouco mais de dez. Queremos ser contribuintes líquidos para o orçamento da União Europeia, mas se houver um projecto, se houver uma vontade de nos ajudarmos reciprocamente. Já vimos que com a União Europeia não vai a bem. Então, a mal, eu digo: Se não nos derem ouvidos, tiramos-lhes o dinheiro.

Já Alexander Winterstein, porta-voz da Comissão Europeia disse que Bruxelas não negoceia sob ameaça.

Alexander Winterstein, Porta-voz Comissão Europeia

Como eu acabo de dizer, na Europa, as ameaças não servem para nada. Não levam a parte nenhuma. A única maneira de resolver problemas na Europa é trabalhar em conjunto de forma construtiva e de boa vontade.

E connosco ao telefone está Victor Ângelo, consultor internacional e antigo secretário-geral adjunto das Nações Unidas, que reside em Bruxelas, capital da Bélgica.

Victor, começamos por esta questão dos fundos e pela ameaça italiana. Como é que deve a União Europeia reagir?

Primeiro, deve dizer a verdade. E a verdade é que a Itália não contribui 20 mil milhões de euros por ano para o orçamento europeu. Contribui muito menos, são cerca de 14 a 15 mil milhões, no máximo, dos quais regressam à Itália à volta de 10 mil milhões de euros. Ou seja, a Itália em termos de balanço tem apenas um pagamento líquido à União Europeia anual na ordem dos 3 mil milhões de euros. Essa é uma primeira reacção e eu acho que teria sido muito importante que a União Europeia tivesse imediatamente clarificado.

Por outro lado, a Itália é um mau exemplo, na medida em que ela tem levantado muitas dificuldades à expansão da Frontex, que é a agência europeia que se ocupa do controlo das fronteiras. Não tem permitido à União Europeia e em particular à Frontex a criação de centros de recepção adicionais. Também em muitos casos a União Europeia deveria sublinhar que por cada emigrante aceite, o orçamento europeu paga seis mil euros por pessoa para ajudar a integração dessa pessoa.

Este é um tema que divide muito a Europa, a migração. Bruxelas terá a certa altura de fazer alguma cedência?

Neste momento há uma nova corrente migratória que vem através de Marrocos e a Espanha tornou-se, nos últimos meses, o principal país de entrada. Por isso aí também há uma diferença em relação àquilo que existiu o ano passado e começo deste ano e a situação actual.

A União Europeia tem que continuar a insistir numa solução conjunta, numa solução comum de todos os estados-membros em relação a um problema que é de todos. Precisa de uma resposta comum e é aí que Bruxelas tem falhado em termos de conseguir encontrar uma resposta que seja uma resposta da União Europeia e não do estado-membro A, B ou C. E também tem falhado, na minha opinião, na narrativa, no contar das histórias, porque neste momento a grande tendência é para se ouvir apenas a narrativa populista de direita, que é uma narrativa que vai no seguinte sentido: a Itália está abandonada pelo resto da União Europeia;

segundo, a União Europeia é ineficiente e ineficaz, e terceiro a identidade e a cultura europeias estão ameaçadas. É fundamental que esta narrativa seja desmontada, seja atacada e seja esclarecida.

E que países é que seguem as directrizes de Bruxelas em relação à recepção dos migrantes? Há dados relativamente a isto?

Os países que continuam a ter uma atitude mais positiva em relação à imigração são os países que tradicionalmente recebiam emigrantes, e nomeadamente a Alemanha, a Bélgica, em certa medida a França, e também os países nórdicos. A verdade é que na semana passada quando foi da crise entre a União Europeia e a Itália e que se reuniram os estados-membros em Bruxelas para discutir como resolver esta crise, apenas 12 estados-membros da União Europeia participaram na discussão sobre a emigração.

Nós estamos neste momento a assistir a uma divisão muito clara em que cerca de metade dos países da União Europeia nem comparecem às reuniões. Por outro lado, há uma outra questão também que não está em cima da mesa, que é a questão da Líbia. Nós sabemos que neste momento ainda se encontram na Líbia cerca de 700 mil migrantes vindos da África subsariana e que procuram chegar à Europa e é preciso resolver a situação que se vive hoje na Líbia.

A União Europeia não tem tido um papel muito activo na Líbia, porque há um estado-membro que considera que toda a cooperação com a Líbia é da exclusiva competência desse estado-membro. A Itália tem-se oposto a uma expansão da cooperação europeia na Líbia. Isso também deve ser denunciado e também deve ser discutido.

Temos também a questão recente de uma centena e meia de migrantes africanos que pularam a cerca em Ceuta e que foram expulsos entretanto por Espanha. Que significado poderá ter esta decisão de Madrid, tão rápida que quase passou despercebida?

A tendência que se nota ao nível dos governos europeus é a expulsão o mais rapidamente possível de quem tenha chegado ilegalmente. É evidente que os imigrantes que atravessaram a fronteira e entraram em Ceuta o fizeram de uma maneira violenta e o fizeram saltando por cima das barreiras de fronteira e a Espanha considerou que esse tipo de invasão em massa era um acto inaceitável e procedeu imediatamente à sua deportação, ou seja, no dia seguinte eles foram entregues ao governo de Marrocos.

III.

E ainda em Espanha.

Madrid aprovou um decreto-lei para permitir a trasladação dos restos mortais de Franco do Vale dos Caídos. Uma questão de respeito pelas vítimas do antigo ditador espanhol, como nos conta a Antena 1.

[A decisão surge 43 anos depois da morte de Franco. Em conferência de imprensa no final do Conselho de Ministros, a vice-presidente do governo espanhol anunciou que o executivo pretende trasladar o corpo do ditador no final do ano e concede 15 dias à família a partir do final deste mês para decidir o destino a dar aos restos mortais. Carmén Calvo, vice-presidente do governo fala num decreto de lei com carácter de urgência, porque não se pode perder mais tempo e exige respeito para com as vítimas.

"As vítimas estarem no mesmo lugar onde Franco se encontra é inadmissível para uma democracia madura como a nossa. Estar num lugar público, do património de Estado, isso pressupõe o enaltecimento do franquismo e da própria figura de Franco que é proibida por lei. É uma falta de respeito para com as vítimas que estão sepultadas no Vale dos Caídos".

Se a família de Franco não decidir o destino a dar aos restos mortais do ditador, o governo espanhol assume que irá garantir uma sepultura digna. O que foi aprovado hoje em Conselho de Ministros é um decreto-lei que altera a lei da Memória Histórica que data de 2007 e que possibilita a retirada dos restos mortais de Franco do mausoléu que o próprio ditador mandou construir, o Vale dos Caídos, a 40 quilómetros de Madrid.]

A Antena 1 aqui com a decisão do governo espanhol de trasladar os restos mortais de Francisco Franco.

Victor, esta é a decisão acertada?

Eu creio que sim, embora seja uma decisão que possa ser criticada no sentido de que Franco morreu há 40 anos, a história em certa medida já enterrou Franco. Hoje em dia Franco já não representa - em relação à opinião publica espanhola e em relação aos movimentos políticos - senão uma pequena proporção da opinião pública. O fazer novamente deste caso um assunto nacional, vai permitir aos franquistas e aos saudosistas da ditadura de voltar a ganhar alguma projecção e voltar a ganhar algum peso na opinião pública.

Mas eu penso que o franquismo morreu, o franquismo desapareceu e os nostálgicos do franquismo, mesmo que todos os anos façam uma peregrinação ao Vale dos Caídos, à campa de Francisco Franco, esses franquistas representam, pouco ou quase nada na vida política espanhola.

Há quem queira ir mais longe neste debate sobre o franquismo. Os independentistas catalães, por exemplo, defendem o cancelamento de todas as decisões dos tribunais franquistas. Como é que se pode gerir esta questão sensível?

Não nos podemos esquecer que já há 11 anos o Partido Socialista Operário Espanhol aprovou uma lei chamada a Llei da Memória Histórica em que procurou criar alguma situação de reabilitação dos condenados pelo franquismo. Eu penso que essa lei já resolveu em certa medida uma parte dos problemas de divisão que existe em Espanha e estar a abrir novamente essas feridas traz certamente grandes divisões num país que por si mesmo já está muito dividido. A Espanha é neste momento um dos estados europeus mais divididos por causa das diferentes autonomias.

IV.

E já voltamos à conversa com Victor Ângelo.

Ainda na actualidade europeia: em Portugal, o secretáriogeral do Partido Socialista (PS) anunciou que o Orçamento de Estado para 2019 terá incentivos fortes para fazer regressar a Portugal emigrantes. Mais com a jornalista Marta Melo.

António Costa, primeiro-ministro de Portugal

Todos aqueles que queiram regressar entre 2019 e 2020 a Portugal fiquem entre três e cinco anos a pagar metade da taxa do IRS.

O anúncio é de António Costa, em Caminha, na Festa de Verão do PS. Para já sabe-se que o governo português vai oferecer um desconto de 50% de IRS aos portugueses que saíram do país durante a crise. O incentivo integra um pacote que inclui ainda apoios às despesas de deslocação e na habitação após o regresso ao país. Os incentivos vão estar em vigor durante 2019 e 2020, numa medida que vai ser inscrita no Orçamento do Estado para o próximo ano.

Ao fazer o anúncio, António Costa referiu que, com estas medidas, o Governo quer criar a oportunidade para que os emigrantes possam voltar a contribuir para o desenvolvimento de Portugal e a pôr ao serviço do país, todo o conhecimento, energia e força que têm.

António Costa apontou como bom exemplo do regresso de jovens a Portugal o caso do actual titular da pasta da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, que o primeiro-ministro admite que foi buscar a Cambridge.

O PS, que criticou fortemente o executivo anterior, de Passos Coelho, por ter permitido uma saída em massa de jovens qualificados para o estrangeiro. O que é que se pode dizer desta medida anunciada por António Costa?

Nós vamos ter um orçamento de 2019 em Portugal que tem muito a ver com as eleições que vão decorrer durante esse ano, ou seja, haverá nas propostas orçamentais do governo toda uma série de medidas que procurarão, digamos assim, aumentar a base de apoio. Eu penso que o primeiro-ministro de Portugal quer obter a maioria absoluta e vai no orçamento incluir uma série de medidas e de facilidades que permitam mostrar que ele se preocupa com os jovens. É um golpe politico que tem muito a ver também com mostrar a grande diferença que existe entre o primeiro-ministro de agora, António Costa, e o primeiro-ministro anterior, Passos Coelho.

Nós falamos muito neste programa sobre a migração africana para a Europa, mas a verdade é que muitos europeus estão fora do país. Esta é também uma questão que tem a atraído atenção de Bruxelas?

Cerca de 700 a 750 mil portugueses saíram e emigraram de Portugal para outros países europeus entre 2011 e o final do ano passado. Também é verdade que uma boa parte dessa emigração teve lugar até 2015 que foram os anos mais difíceis da austeridade. Mas a verdade é que os jovens portugueses continuam a sair, isso evidentemente tem tido algum impacto em termos da presença de portugueses noutros países, nomeadamente da presença de portugueses no Reino Unido.

Mas também é verdade que nos últimos anos, Portugal tem-se tornado num país atraente para um determinado tipo de europeus, e nomeadamente para europeus mais velhos que procuram passar a idade da reforma em Portugal, tendo em conta os benefícios fiscais que existem neste momento em Portugal para os cidadãos europeus vindos de outros países da União Europeia.

E alguns dos países da União Europeia têm criticado o governo português por atribuir esse tipo de isenções fiscais aos seus cidadãos. E nomeadamente o país que mais ataca Portugal no que diz respeito a esta isenção dada aos reformados vindos da Europa é a Finlândia. A Finlândia considera que Portugal, em certa medida, é um paraíso fiscal para os reformados finlandeses e critica abertamente a política portuguesa nessa área.

Mas Portugal vai continuar certamente a praticar esse tipo de regime fiscal, tendo em conta que isso tem permitido nomeadamente uma expansão do sector imobiliário e também uma expansão de algumas zonas do país que estavam a ficar para trás em termos de dinamismo económico.

Já existe na realidade um estatuto de residente não habitual, ou seja, um estatuto direccionado para os cidadãos que estejam fora

do país e queiram vir morar em Portugal. Têm um regime fiscal especial. Que diferença teriam agora esses dois estatutos?

A única diferença é o tempo de permanência no estrangeiro, porque neste momento um português que tenha estado mais de cinco anos fora do país, ou seja que não tenha sido contribuinte fiscal em Portugal mais de cinco anos, já pode beneficiar do regime fiscal para residente não habitual. Ou seja, voltar para Portugal passados seis, sete ou oito anos e beneficiar de uma isenção de dez anos no que diz respeito ao Imposto sobre os Rendimentos (IRS) das pessoas singulares. O estatuto de residente não habitual que foi aprovado em 2009 pelo governo do então primeiro-ministro Sócrates, é muito mais favorável para quem regresse a Portugal do que aquilo que António Costa está a anunciar agora, com excepção evidentemente do facto de que permitirá aos jovens que saíram por poucos anos de voltar e beneficiar de uma isenção de 50% no que diz respeito ao seu Imposto sobre os Rendimentos.

E onde foi José Sócrates buscar inspiração para este regime. Este regime existe noutros países da União Europeia?

É um regime que existe em dois ou três países da União Europeia, nomeadamente em países relativamente periféricos, que precisavam de atrair reformados com dinheiro, nomeadamente, por exemplo, no caso de Malta, no caso de Chipre. Ele foi buscar inspiração aí. Também procurou evidentemente com este regime fiscal para o residente não habitual atrair o que ele chamava pessoas com actividades de elevado valor acrescentado, ou seja, pessoas com profissões científicas ou técnicas de grande capacidade profissional ou artistas. Mas sobretudo o regime fiscal para o residente não habitual acabou por atrair os pensionistas de França, os pensionistas da Bélgica, os pensionistas da Finlândia e da Grã-Bretanha.

٧.

Victor Ângelo todas as semanas connosco aqui no Magazine Europa. E na nota cultural de hoje, falamos sobre a exposição "Redescobrindo o Mediterrâneo".

A Fundação Mapfre, em Madrid, inaugura no início de Outubro esta mostra que explora os motivos pelos quais os artistas, sobretudo espanhóis e franceses, têm uma particular admiração pelo Mediterrâneo. A mostra inclui obras de Van Gogh, Cézanne, Renoir, Matisse, Pinazo, entre outros.

Esta exposição inclui 143 obras, que ilustram a importância que teve este espaço marítimo, linha de divisão entre continentes e culturas para a modernização da arte contemporânea.

Para ver na capital espanhola até 13 de Janeiro de 2019.

Nós voltamos para a semana, terça-feira, à mesma hora.

[ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +.

Estamos no Facebook em Magazine Europa.